

Como ampliar e integrar os arranjos formativos em áreas protegidas?

Confira estratégias para ampliar os arranjos formativos e qualificar a atuação nas áreas protegidas

Objetivo

As informações deste resumo são destinadas à elaboração e implementação de políticas públicas, planos, programas e projetos relacionados a arranjos formativos na Amazônia. Este conteúdo é direcionado a gestores públicos, legisladores e organizações da sociedade civil de apoio e base comunitária.

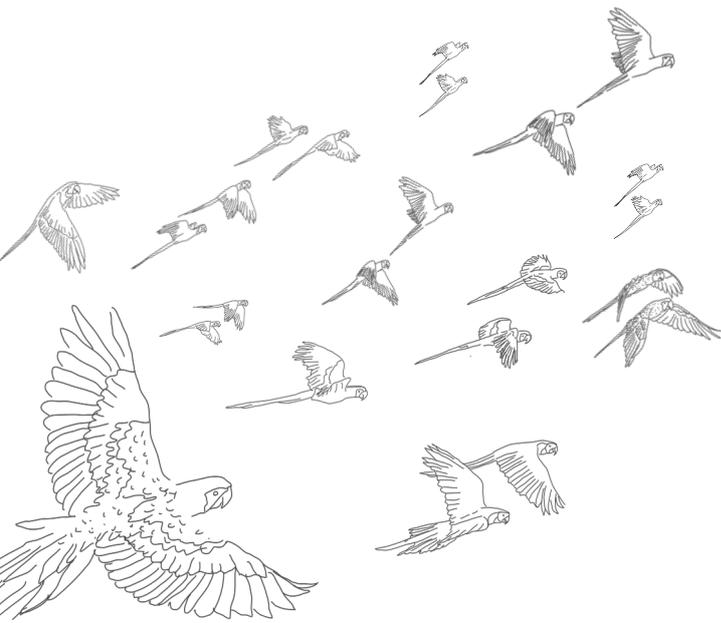
Essas discussões permeiam os objetivos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Mensagens-Chave

- A.** A formação e capacitação de atores sociais, incluindo a compreensão do funcionamento do Estado, são estratégias para buscar parcerias, financiamentos e influenciar políticas públicas voltadas para agendas socioambientais;
- B.** A formação política de jovens residentes em áreas protegidas e seu entorno fortalece o engajamento deles nas pautas socioambientais;
- C.** O diálogo entre conhecimentos científicos, técnicos e tradicionais nos processos formativos e de capacitação promove o respeito e a valorização dos saberes e da cultura dos povos e comunidades tradicionais.

Recomendações

- A.** Investir na formação e capacitação de moradores de áreas protegidas e seu entorno, gestores, servidores públicos e demais atores sociais dessas áreas;
- B.1.** Realizar formações e capacitações em políticas públicas para jovens, expandindo o alcance territorial e a diversidade de públicos;
- B.2.** Compartilhar casos de sucesso de engajamento da juventude;
- C.** Estimular o diálogo de saberes científico, técnico e tradicional como princípio nos processos formativos e de capacitação voltados para moradores de áreas protegidas e seu entorno, gestores, servidores públicos e demais atores sociais dessas áreas.



Introdução

A elaboração deste resumo foi subsidiada pela experiência do LIRA – Legado Integrado da Região Amazônica, uma iniciativa do IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas. O documento reflete uma visão construída coletivamente junto a diversos atores que vivem e pensam a Amazônia. Contribuições importantes foram geradas a partir das discussões feitas em novembro de 2023, durante o Seminário Legado Amazônico, que reuniu 77 organizações locais de base (indígenas, extrativistas, cooperativas), 40 organizações da sociedade civil, 13 instituições de governo (federais e estaduais), cinco redes/movimentos sociais (extrativistas, indígenas e quilombolas), 10 organizações com fundos de financiamento, 10 organismos internacionais, 15 instituições de pesquisa e 10 empresas – todos engajados na conservação do bioma.

Aqui discutimos a integração de arranjos formativos nas áreas protegidas (abordagens educativas de curto a longo prazo, formais ou informais) como estratégia de fortalecimento da governança local e da colaboração entre diversos atores sociais. A atuação qualificada dos jovens, gestores, servidores e moradores de áreas protegidas e seu entorno, integrando o conhecimento científico, técnico e tradicional, é fundamental para uma gestão colaborativa e eficaz.



A. Conhecimento político como tema estratégico

Para fortalecer a atuação da sociedade civil, organizações de base e instituições públicas e privadas em áreas protegidas, é fundamental aprimorar suas capacidades por meio de arranjos formativos robustos (Rodríguez *et al.*, 2006). A compreensão da estrutura política que regula as relações entre esses atores e define como as decisões são tomadas e afetam o território permite a implementação de processos de governança eficazes (Levy; Zint, 2013). Para isso, é crucial que cada ator reconheça suas responsabilidades e direitos, envolvendo-se na tomada de decisões.

Nesse cenário, processos participativos podem se beneficiar da atuação de partes “neutras”, especializadas em facilitação, mediação e resolução de conflitos (Di Franco *et al.*, 2020), função muitas vezes atribuída ao Estado no contexto das áreas protegidas. Iniciativas como as Salas Verdes, do Departamento de Educação Ambiental e Cidadania do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), demonstram a importância de criar espaços dedicados à educação e cidadania ambiental não formal, em instituições públicas, privadas ou do terceiro setor, promovendo a integração e colaboração entre diversos segmentos da sociedade.

B. Formação política de jovens em áreas protegidas

Ampliar os programas de formação política para jovens em áreas protegidas e seu entorno fortalece seu engajamento nas associações e na agenda socioambiental, incentivando seu desenvolvimento profissional e incidência política. É essencial expandir o alcance territorial dessas iniciativas, investindo em ações de educação direcionadas tanto aos moradores dessas áreas quanto aos gestores e demais atores sociais.

Compreender as políticas públicas, especialmente na Amazônia, é fundamental para uma participação ativa dos jovens, permitindo que desenvolvam maior autoconsciência, consciência social e global, além de adquirirem habilidades técnicas e interpessoais. O aprimoramento da ação cidadã ocorre por meio do aprendizado das convenções de nomenclatura, fundamentos históricos do grupo identitário, marcos regulatórios institucionais e comunitários relacionados aos direitos territoriais (Carey *et al.*, 2020; Rights and Resources Initiative, 2022). Além disso, compartilhar casos de sucesso e estratégias eficazes de engajamento juvenil em políticas públicas e na agenda comunitária é crucial para inspirar e replicar boas práticas em outras áreas.

Portanto, investir na ampliação e disseminação de programas de formação política para jovens em áreas protegidas deve ser uma prioridade, visando fortalecer a participação ativa nas associações e o desenvolvimento de agendas formativas.

C. Diálogo entre os diversos saberes

A integração dos conhecimentos científico, técnico e tradicional requer esforço para estabelecer um diálogo horizontal entre esses saberes (Di Franco *et al.*, 2020). Essa integração deve ser um princípio nos processos de formação de gestores e servidores públicos, com a inclusão de professores e especialistas das próprias comunidades. Isso não só enriquece o processo educativo, mas também assegura que as políticas públicas resultantes estejam alinhadas às necessidades locais.

A Rede Rhsa é um exemplo de como a universidade pode se colocar a serviço da sociedade, combinando ciência, tecnologia e inovação para promover a economia e o desenvolvimento sustentável. Essa rede gere uma plataforma que sistematiza informações úteis para a tomada de decisão por gestores e outros públicos que atuam nos territórios amazônicos. Outro exemplo é a iniciativa Selvagem - Ciclo de Estudos sobre a Vida, que promove espaços de aprendizagem colaborativa e valoriza a integração de saberes indígenas, científicos e artísticos.

A ciência, enquanto forma de conhecimento, deve ser vista como uma entre muitas. Os diferentes saberes, incluindo os conhecimentos tradicionais, oferecem perspectivas valiosas e complementares, que têm demonstrado seu valor para a compreensão e gestão de sistemas complexos (Valadares; Júnior, 2020).

Os arranjos de gestão participativa, em diversos contextos geográficos, geram benefícios significativos, como maior colaboração e aprendizado entre parceiros, integração de sistemas de conhecimento científico e local, empoderamento comunitário e aprimoramento do capital social (Di Franco *et al.*, 2020). O bom relacionamento entre as partes interessadas é um elemento-chave para aumentar a capacidade adaptativa do arranjo de gestão, reduzindo sua vulnerabilidade a ameaças que possam comprometer os meios de subsistência e o bem-estar das comunidades locais (Di Franco *et al.*, 2020).

Programas de capacitação para gestores públicos, como os oferecidos pelo Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade (ACADEBio) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), são igualmente fundamentais. Esses programas preparam gestores para serem replicadores de temas relevantes associados a políticas públicas e para atuar como facilitadores do diálogo entre diferentes saberes e práticas, valorizando não apenas habilidades técnicas, mas também competências de articulação e mediação no território. Essa formação pode contribuir para um maior respeito e integração do conhecimento tradicional nas políticas públicas.

Nos processos formativos, essa integração de saberes se traduz na criação de currículos que não apenas incluam, mas valorizem as contribuições dos saberes tradicionais. Arranjos formativos devem incorporar práticas e conhecimentos locais, facilitando a participação ativa de especialistas comunitários. Métodos como oficinas colaborativas, estudos de caso conjuntos e intercâmbios entre acadêmicos e comunidades podem ser utilizados para garantir essa integração. Como profissionais que devem atuar junto a povos e comunidades tradicionais, é importante que gestores e servidores reconheçam e valorizem o conhecimento científico, técnico e tradicional, traduzido na experiência prática e cultural dessas comunidades.

Políticas Públicas

Aprimorar os arranjos formativos nas áreas protegidas contribui para a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

A PNGATI estabelece, no artigo 4º, inciso III, eixo 3, c) “promover a participação indígena nos conselhos gestores das unidades de conservação localizadas em áreas contíguas às terras indígenas”. Da mesma forma, o inciso V, eixo 5, j) busca “promover assistência técnica de qualidade, continuada e adequada às especificidades dos povos indígenas e das diferentes regiões e biomas”. Já no inciso VII, eixo 7, e) “promover ações voltadas ao reconhecimento profissional, à capacitação e à formação de indígenas para a gestão territorial e ambiental no ensino médio, no ensino superior e na educação profissional e continuada” (Brasil, 2012).

Já os objetivos da PNPCT, conforme o artigo 3º, inciso V, dizem respeito a “garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos educativos formais quanto nos não-formais”. Da mesma forma, o inciso X visa “garantir o acesso às políticas públicas sociais e a participação de representantes dos povos e comunidades tradicionais nas instâncias de controle social”. O inciso XVII propõe “apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais, valorizando os recursos naturais locais, práticas, saberes e tecnologias tradicionais” (Brasil, 2007).

Entre os objetivos do SNUC, conforme o artigo 4º, inciso XIII, está “a proteção dos recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura, além de promovê-las social e economicamente”. Já o artigo 5º, inciso IX, enfatiza a “necessidade de considerar as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais” (Brasil, 2000).

Legado Amazônico

O LIRA - Legado Integrado da Região Amazônica é uma iniciativa integradora que potencializa ações de conservação da Amazônia através de três componentes:

1. O Fundo LIRA, que financia projetos socioambientais com povos indígenas e comunidades tradicionais;
2. Gestão do Conhecimento e Inovação;
3. Políticas Públicas Socioambientais.

O LIRA articula uma rede de 125 organizações com atuação em 5 estados com bioma amazônico, através da execução de 50 projetos em 59 áreas protegidas (Terras Indígenas e Unidades de Conservação), promovendo a conservação da biodiversidade, o bem-viver de povos e comunidades tradicionais e a resiliência climática.

Colaboradores

Adriana Luz Okubo (SEMA/AP), Adriano Mendonça Fernandes (ICMBIO), Adevane da Silva Araújo (SEMA - AM), Adeilson Lopes da Silva (SOS Amazônia), Alberto Sampaio da Silva (ACAJE), Aldeci Cerqueira Maia o Nenzinho (Reserva Extrativista Cazumba Iracema), Alexandre Caminha de Brito (ICMBIO), Aloisio Cabalzar (ISA), Angel Batista de Souza (AMT RDS), Antonio Carlos Rocha da Silva (Reserva Cazumba Iracema), Antonio José de Souza (OPIAJBAM), Bia Saldanha (Uma Concertação pela Amazônia), Bonifácio José (OIBI - Associação Indígena da Bacia do Içana), Bruna Lima de Souza (IEA), Camila Moura Lemke (Ação Ecológica Guaporé - ECOPORÉ), Carla Guaitanele (ICMBIO), Celicia de Araújo Lima (AMARU), Christiana Pastorino (ICMBIO), Cloude Correia (IEB), Cleonete Pereira dos Santos Rodrigues (IEB), Daniela Soares de Lima (ACAJE), Daniel Costa Pinheiro (IMAZON), Daniel Grimoni Alfarella (SELVAGEM – Ciclo de Estudos sobre a Vida), Daiane Tenharin (APITEM/OPIAM), Diego Rodrigues Lavra Viegas (NATURA & CO América Latina), Denise de Sousa Kaiapó Costa (Associação Aippý), Edmilson Fragoso da Silva (Associação de Moradores do Rio Unini - AMORU), Edoniete Ribeiro Gonçalves (AMARJUMA), Eduardo César Cândido Xavier Ferreira (UFRJ), Elias Arwa (Conselho Geral do Povo Hexkaryana), Ennio Salvador Sobreira Lima (IEB), Etelvina Leitão da Costa (AMOVILA), Evando da Silva Costa (AIPPY), Fabiola Maceres Silva (IREÔ/UNYLEYA), Fabrício Gatagon Suruí (Centro Cultural Wagôh Pakob), Francisca da Silva Pinto (AMOPREB), Gasodá Suruí (Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia), Geovanna dos Santos Silva (Associação Floresta Protegida), Graziella Comini (IPÊ USP), Hanoica Jennings Caceres (IDEFLOR-BIO), Hyllen Gonçalves da Silva Apurinã (Instituto Pupÿkary),

Ian Leite dos Santos (CAMURA/RDS AMANÃ), Ilnaiara Gonçalves de Sousa (Ação Ecológica Guaporé - ECOPORÉ), Ingrid Silva de Freitas Fagundes (Fundação Vitória Amazônica), Israel Vale (KANINDÉ), Lucirema Nahum Pacheco (SDR), Jaira da Silva (COOPGRAOS), Jesse Rodrigues Oliveira (ATAMP), Jéssica Holles (Instituto Maíra/AMA II), Joelmir Silva e Silva (SUMAUMA), José Maria Carneiro de Oliveira (ATAMP), José Miguel Nascimento Oliveira (Instituto Pupÿkary), José Roberto Araujo Medeiros (AMARU), Josias Honorato Maciel (APADRIT), Juliana Laurino (SUMAÚMA Jornalismo do Centro do Mundo), Kajet Kayapo (Associação Floresta Protegida), Kennedy da Silva de Araújo Apurinã (OPIAJ), Letícia Lopes (IPÊ), Leonardo Rodrigues (IPÊ), Laís de Moraes Rego Silva (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão), Leonel Gonzaga da Silva (AMOVILA), Lucas Anderson Nascimento Tavares (AMOREMA), Lucas Guimarães Grisolia (FUNAI), Magno de Lima dos Santos (OPAN - Operação Amazônia Nativa), Malu Maria Kamaiura (IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil), Maria Andrena Almeida Freitas (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA), Maria Gabriela Gross (Associação Cultural Indígena Kapot Jarinã), Maria Hildete Marinho Araújo (FOIRN), Maria Leonice Tupari (Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia AGIR), Maria Luiza Appoloni Zambom (ICMBIO), Marcia Socorro Martins Lins (Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas), Marta de Souza do Nascimento (AGUAPÉ), Martha Fellows (IPAM), Monica Pasqualin (CATALYST 2030), Mônica Apolinário (ACEP - Associação Conselho da Escola Pamaali), Mizael Lima da Silva (Associação Indígena Pykôre), Naildo Pereira de Jesus (COOPAFLORA), Nejakson Alves Vidal (Instituto Desenvolver),

Colaboradores

Neusa Barbosa (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima), Oyago Suruí (Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé), Paulo Roberto Russo (ICMBIO), Paula Piccin (IPÊ), Pedro Meloni Nassar (Instituto Mamirauá), Peranko Panara (Associação Yakio), Pasyrna Panara (Associação Iakio), Rafaela Andara Vieira de Arimatéa (MMA), Rachel Klaczko Acosta (ICMBIO), Raimundo Carlos Barbosa de Souza (Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB), Raimundo Falcão da Silva (Instituto Desenvolver), Renan Reis de Souza (IEPÉ), Ricardo Peng (ICMBIO), Rodrigo Paranhos Faleiro (ICMBio/UnB), Rogério Eliseu Egewarth (ICMBIO), Salene Carvalho Costa (Instituto Kabu), Sandro Augusto Regatieri (Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá), Sara Braga i Gaia (IEB), Stephany Caroline Vilela Alves Rodrigues (Banco Mundial), Tatiane Maria Vieira Leite (ICMBIO), Thais Ferraresi Pereira (MMA), Thalyta Carvalho Watrin (IDEFLOR-BIO), Thiago Schinaider (Associação Floresta Protegida), Tiago Juruá Damo Ranzi (ICMBIO), Valcemir Monteiro da Silva (APADRIT), Valdirene Nascimento da Silva Oliveira (Instituto Pupykary), Veronica Pinheiro de S. Carvalho (SELVAGEM Ciclo de Estudos), Victoria Carvalho Castanho (Ministério do Meio Ambiente), Viceli Siqueira da Costa (Associação das Comunidades Sustentáveis da Reserva do Rio Negro), Vivian Karina Zeidemann (IPAM), Walelasoepileman Cristovao Suruí (KANINDÉ).

Organizadoras

Fabiana Prado, Angela Pellin, Letícia Lopes Dias, Letícia Umbelina e Neluce Soares.

Créditos

Ilustração - Érica Bettiol

Foto - André+Carioba

Diagramação - Colibri: Arte e Comunicação

Referências

BRASIL. Decreto nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Planalto, Brasília, 18 jul. 2000. Art. 4 e 5.

BRASIL. Decreto no 7.747, de 5 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Planalto. Brasília, 5 de jun. De 2012. Art no 4.

BRASIL. Decreto no 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. Planalto. Brasília, 7 de fev. De 2007. Art no 3.

CAREY, R. L. *et al.* "And school won't teach me that!" Urban youth activism programs as transformative sites for critical adolescent learning. *Journal of youth studies*, v. 24, n. 7, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/13676261.2020.1784400>

DI FRANCO, A *et al.* Improving marine protected area governance through collaboration and co-production. *Journal of Environmental Management*, [S.l.], v. 269, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2020.110757>

Referências

LEVY, B.; ZINT, M. *Toward fostering environmental political participation: framing an agenda for environmental education research. Environmental Education Research*, [S.l.], v.19, p.553 – 576, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/13504622.2012.717218>.

RIGHTS AND RESOURCES INITIATIVE.
Young, *Indigenous, Afro-Descendant, and Local Latin American Communities United for the Defense of Ancestral Territories. Rights and Resources Initiative*, 2022. DOI: <https://doi.org/10.53892/WHPI7208>

RODRÍGUEZ, Jon Paul; RODRÍGUEZ-CLARK, Kathryn M.; OLIVEIRA-MIRANDA, María A.; GOOD, Tatjana; GRAJAL, Alejandro.
Professional Capacity Building: the missing agenda in conservation priority setting. Conservation Biology, [S.l.], v. 20, n. 5, p. 1340-1340, 21 set. 2006. Wiley. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1523-1739.2006.00535.1.x>.

VALADARES, J. M.; JÚNIOR, C. S.
Interculturality and science teaching: A classroom daily routine. Education Policy Analysis Archives, [S. l.], v. 28, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.28.4699>.